

Proibida a publicação no todo ou em parte;  
permitida a citação. A citação deve ser textual,  
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

CARDOSO, Alberto Mendes. Depoimento. In: MILITARES e política na Nova República/ Organizadores Celso Castro e Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001.p.315-336.

Disponibilizado em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

Informações sobre a entrevista:

[http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx\\_ho\\_ce\\_popce.asp?cd\\_ent=1158](http://www.cpdoc.fgv.br/historal/asp/idx_ho_ce_popce.asp?cd_ent=1158)

## ALBERTO MENDES CARDOSO

---

NASCEU EM 1940, em São Paulo. Fez o curso da Academia Militar das Agulhas Negras entre 1960 e 1962. Em 1965, passou oito meses na força de paz da OEA na República Dominicana. Até 1981, serviu durante vários anos na Aman, período em que também cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1975-77). Fez um curso de Estado-Maior no Uruguai (1982), de onde voltou para ser instrutor da Eceme até 1986. No ano seguinte, assumiu o comando do 11<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria de Montanha, em São João del Rei, de onde retornou, em 1989, para a Aman, agora como comandante do Corpo de Cadetes. Em 1991, foi servir em Brasília, no gabinete do ministro do Exército, Carlos Tinoco. Em dezembro daquele ano, foi nomeado para a subchefia do Exército da Casa Militar da Presidência da República. Em março de 1994, foi promovido a general-de-brigada e assumiu o comando da 2<sup>a</sup> Brigada de Infantaria, em Niterói. Depois de sete meses nessa função, foi convidado para ser chefe da Casa Militar do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em abril de 1995, passou a acumular também a chefia da Subsecretaria de Inteligência, posteriormente tornando-se o primeiro chefe da Agência Brasileira de Inteligência. Com a extinção da Casa Militar, em setembro de 1999, tornou-se o primeiro chefe do recém-criado Gabinete de Segurança Institucional.

*Depoimento concedido a Celso Castro em duas sessões realizadas em Brasília nos dias 14 de abril e 23 de setembro de 1999 (a segunda entrevista contou com a participação de Priscila Brandão Antunes).*

*O convite para a Casa Militar foi uma surpresa?*

Sim, não conhecia ainda o presidente. O ministro Zenildo havia me dito: “Em abril de 1995, você vai assumir a Aman”. O então comandante iria ser promovido e deixaria o cargo. Fiquei satisfeito, pois iria completar um ciclo e um sonho. Realmente, a Aman me emociona demais. Mas aconteceu o convite e vim para cá. Aceitei, pois acreditava muito na minha própria filosofia de vida, segundo a qual todo fato marcante, toda encruzilhada ou bifurcação, pode parecer uma coincidência ou um acaso. Eu creio muito nas coincidências, mas não nos acasos. Há tramas nas grandes linhas da vida quando é necessário tomar as decisões. Mas, para tomá-las, sempre me questiono por que isso aconteceu.

Foi o que ocorreu nessa ocasião. O presidente estava me convidando, aqui no Lago Sul, em dezembro de 1994 — nos conhecemos ali —, e eu pensando: por quê? Não por meus méritos. Talvez tenha tido uma carreira que tivesse me colocado nesse universo dos convidáveis, mas por que eu? Por que nesse momento? Será que o meu destino profissional era voltar para a Academia como comandante e ali me realizar? Por que o destino, a vida, está me apresentando essa opção? Enquanto o presidente falava, eu fazia uma série de raciocínios. Entre eles, pensei: existe alguma razão maior para eu ser o chefe da Casa Militar.

Creio muito em intuições e, naquele momento, quando o presidente estava dizendo o que achava da Casa Militar, eu — ainda sem decidir se aceitaria ou não o convite — sugeri que poderia usar sua Casa Militar em outras situações que não apenas aquelas tradicionais de assessoramento militar, de sua segurança, coordenação de viagens, que são coisas importantes, mas muito restritas para a capacidade do pessoal que serve aqui, homens muito bem escolhidos pelos seus comandos — Marinha, Exército, Aeronáutica. Então, conversando e trocando idéias, ele finalmente perguntou: “Suas idéias são boas, general. Como ficamos?” E eu: “Aceito, vamos trabalhar juntos”. Mas com a convicção de que haveria uma razão para aquela “coincidência”.

*O sr. mencionou que, na ocasião, tinha a idéia de que a Casa Militar poderia passar a ter um perfil diferente.*

Não pensei em um novo perfil da Casa Militar. Pensei no melhor aproveitamento do pessoal que vem para cá e que é muito preparado. Ficavam com aquelas atribuições tradicionais que citei e com uma grande carga de capacidade intelectual e de criatividade pouco utilizada. Então, propus ao presidente que usasse mais a Casa Militar para estudos na área militar, na área de segurança e de defesa nacional. E, assim, a coisa

foi caminhando. Ele passou a fazer algumas solicitações, como uma política de defesa nacional, que acabou saindo, com grande participação dessas pessoas.

*A SAE não quis ficar com a Subsecretaria de Inteligência — SSI, não é?*

Não quis. Então, o presidente vinculou a SSI à Secretaria Geral da Presidência, com o Fernando Cardoso como assessor especial. Mas o Fernando, por diversas razões, acertadamente resolveu encerrar o seu trabalho no órgão. Então, o presidente transferiu a SSI para a Casa Militar, em 14 de abril, quando assumi. E lá acabamos colocando como subsecretário um amigo meu de ginásio, coronel da reserva, excepcional, Ariel De Cunto. Tinha uma mente aberta, um democrata. Está fazendo um belo trabalho.<sup>36</sup> As coisas foram caminhando até que, no ano passado [1998], o presidente decidiu criar a Secretaria Nacional Antidrogas. Encomendou-nos um estudo, avaliamos muito o problema e fizemos uma proposta contra a presença dessa secretaria na Casa Militar. Segundo essa proposta, ela deveria ser subordinada diretamente ao presidente, como acontece em vários países. Mas o presidente decidiu alocá-la na Casa Militar. Com isso, ficamos com o que hoje chamo de “Casa Militar convencional”, parte da inteligência e parte do combate às drogas, o que acabou resultando, na prática, numa coisa muito boa, pois o combate às drogas é absolutamente dependente da inteligência, de informações, e o fato de estarem os dois subordinados a nós facilitou a troca de informações, nos dois sentidos.

*Isso não resultou num acúmulo muito grande de tarefas para o sr.?*

Eu achava. Mas, hoje em dia, com grande cooperação da minha mulher, que acaba prejudicada na parte do convívio familiar, a parte da Casa Militar, essa dita “convencional”, e, mais ainda, essas atribuições novas das drogas acabaram se mostrando, não por minha capacidade, mas por aquela capacidade do nosso pessoal de que falei, suaves, em termos relativos. Tenho na Senad — Secretaria Nacional Antidrogas, oficiais ajudando o juiz Wálter Maierovitch, diga-se de passagem, uma pessoa que está fazendo um trabalho magnífico e que caiu do céu para o Brasil. Então, existem oficiais ajudando lá, os oficiais das subchefias tradicionais da Casa Militar se ajustaram bem, pude delegar muito. E, com a virada do mandato, veio para nós mais uma atribuição, a Secretaria Executiva do

---

<sup>36</sup> Foi demitido do cargo, em 1-12-2000, por ter-se recusado a desligar da Abin um militar funcionário acusado de ter participado de tortura durante o regime militar.

Conselho de Defesa Nacional, o que realmente exigiu uma adaptação interna na nossa organização. Coloquei ali pessoas muito boas, que já vinham atuando na Secretaria Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Credena).

Deixe-me explicar uma coisa: com a vinda da inteligência para cá, passei a ser bem-informado, pois todo final de dia chegava uma documentação grande; periodicamente, têm-se relatórios especiais, e eu ia formando na cabeça quadros prospectivos, alguns deles bons, e outros preocupantes. E ia mandando as informações, seja para o presidente, seja, por delegação dele, para os ministros das áreas de interesse daquelas informações. Muitas vezes, via um quadro futuro possível e via — por estar acompanhando os acontecimentos todos — qual seria a estratégia recomendável para aquele caso. Mas não tinha mandato para propor estratégia. Eu era apenas o homem que encaminhava as informações e elaborava, talvez, um cenarinho futuro, mas sem mandato para isso. Respeito muito os meus limites, sou muito a favor de “cada macaco no seu galho”. Logicamente, conversava com o presidente sobre os quadros que via, o presidente tomava as suas providências, mas eu me continha.

Entretanto, quando veio para cá a Secretaria Executiva da Credena e, agora com mais força, a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, considero esses novos encargos uma possibilidade de exercer um mandato para propor estratégias. E tem sido muito bom. Porque, como lhe disse, tem gente competente ali que, realmente, propõe boas estratégias e está assumindo bem a nova atribuição. Além disso, havia aqui um subchefe do Exército, excepcional, o coronel Alves. Com a saída de um outro coronel, chefe de gabinete, o Alves teve que acumular as funções, e comecei a ver que ele tinha capacidade para novos encargos. E, realmente, passou a ser aqui o meu principal assessor. Foi promovido a general e consegui com o presidente e com o Exército que ele ficasse aqui. Hoje em dia, o general Alves está exercendo uma atividade importantíssima, que é um exemplo da divisão de trabalho existente aqui dentro, que evita a minha sobrecarga. Tenho auxiliares muito bons, e o Alves é um símbolo disso. Pude fazer mais delegações para ele, agora que é só subchefe da Casa Militar. Estamos acabando com as subchefias das forças, uma adaptação necessária com o Ministério da Defesa, e, no nosso organograma, ficaremos assim: embaixo a SSI, o subchefe militar e a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas). Um pouco acima, a Secretaria Executiva da Credena e a do Conselho de Defesa. E, no outro lado, encontra-se o Conade (Con-

selho Nacional Antidrogas), presidido pelo chefe da Casa Militar, pois a Casa Militar acabou sendo o órgão central do sistema nacional antidrogas.<sup>37</sup>

*Na sua trajetória profissional, o sr. não atuou na área de inteligência. O sr. fez cursos específicos?*

Num período muito curto. Quando terminei a Escola de Estado-Maior, fui para Salvador, e o oficial de estado-maior, quando chega novo no quartel-general, normalmente faz um rodízio e passa por todas as seções do Estado-Maior. E ali na 6ª Região Militar eu estava estagiando como adjunto, na 2ª Seção, pela primeira vez entrando nessa área de informações, como se chamava na época, quando veio o fornecimento de uma vaga aqui no curso de analistas da EsNI — Escola Nacional de Informações. Não era um curso, era um estágio de analista de 20, 21 dias. E eu, como adjunto da 2ª Seção, vim fazer esse estágio. Foi o ano de 1978. Eu me apaixonei pelo trabalho de inteligência. Vi como era importante esse trabalho de transformar indícios, informes, em conhecimento. Passei o resto do ano de 1978 como adjunto da 2ª Seção mas, já no ano seguinte, fui para a 3ª Seção, a de Operações. E nunca mais tratei do assunto de inteligência. Mas, por aquele início, eu me apliquei muito — até mesmo por lazer e por *hobby* — em análises; mas para uso pessoal mesmo. Eu estive sempre interessado nesse tipo de trabalho. Talvez esse fato de ter vindo a inteligência para cá tenha começado em 1978, dentro daquelas coincidências não-casuais, eu não sei.

Vou mostrar o trecho de um pequeno livro que escrevi em 1986 sobre a atividade de inteligência. É uma análise da obra de Su Tzu, quando ele fala em informações. Ele emite opiniões sobre as pessoas que devem trabalhar em inteligência. Diz ele:

“Portanto, somente o governante esclarecido e o general sensato — isso é na antigüidade chinesa — empregarão o maior talento do Exército para fins de espionagem — era o nome que ele dava para a atividade de inteligência — e, assim, obterão grandes resultados”. E eu comentava: “A interpretação moderna deve ampliar os conceitos para informações — na época, era informações que se chamava — destinando a esse importante e nobre ofício os melhores talentos e caracteres disponíveis. Tal providência não se constitui num mero jogo de palavras, ou em simples preocupação com a forma: ela significa, acima de tudo, o cuidado em preservar uma atividade que deve ser, essencialmente, ética — eu quero reforçar essa idéia de ética —, fundamentada num quadro de valores que cultuem

<sup>37</sup> Quando esta parte do depoimento foi concedida, o Gabinete Militar ainda não havia sido transformado em Gabinete de Segurança Institucional.

a verdade, sem conotações relativas, a honra, que condena o anonimato, e a conduta pessoal clara e sem subterfúgios. Representa o reconhecimento do poder de que dispõe quem domina informações, e a conseqüente necessidade de esse indivíduo não as manipular distorcidamente e não utilizá-las em proveito próprio ou de grupos que não sejam destinatários ou clientes legais do seu trabalho”.<sup>38</sup>

Aqui está a essência do código de ética que implantamos na inteligência. É estar o analista, ou quem trabalha com inteligência, mergulhado permanentemente num código de valores morais que mostram rumos éticos para ele.

*O SNI foi extinto em 1990, pelo presidente Collor. Estamos em 1999 e ainda falta a aprovação do Projeto de lei nº 3.651, de 1997, que cria a Abin e que está no Senado. O sr. acha que esse tempo longo tem, em boa parte, a ver com o estigma que ficou associado à atividade de informações?*

Concordo plenamente. Eu tenho usado esse argumento. Quando nós recebemos, em abril de 1996, esse encargo da inteligência — da Abin —, minha primeira preocupação foi fugir de hábitos meus de discricção, de não aparecer, e me abrir para a imprensa. Para, justamente, por meio da mídia, chegar à sociedade e tentar mudar essa visão — e acho que conseguimos, em grande parte —, expondo idéias que poderiam vir a atenuar esse estigma, que, no fundo, tem suas razões. Já estive várias vezes no Congresso, nas universidades. Expus repetidamente essas idéias, desenvolvidas, desdobradas, mas sempre fica aquele cuidado. Por exemplo, o deputado Genoíno tem um cuidado muito grande em manter absolutamente controlado o Serviço de Inteligência pelo Congresso, o que não dá certo.

Talvez esse estigma, pelo que andei meditando, se deva em grande parte ao fato de, no passado, se ter permitido que o serviço de inteligência também realizasse ações policiais. Esse é um dos nossos pontos básicos, uma das nossas idéias-chave: em nenhuma circunstância o serviço de inteligência pode deter, interrogar pessoas, em termos de inquirições não-voluntárias, enfim, ter poder de polícia judiciária, ainda que tácita ou informalmente. Não pode. Isso cria uma visão falaciosa que, no curto prazo, dá resultados positivos, mas traz em si o germe do estigma, da autodesmoralização. Polícia para um lado, inteligência para outro. E, se for necessário realizar ações policiais para fins de obter indícios, informes, que sejam feitas por um órgão policial. Da mesma forma, as ações policiais decorrentes de conhecimentos produzidos pelo serviço de inte-

---

<sup>38</sup> Cardoso, 1987:95.

ligência têm que ser feitas por órgãos policiais. Aí está, talvez, a pedra de toque da autoproteção do serviço de inteligência.

*Nós entrevistamos várias pessoas que atuaram na área de informações durante o regime militar. Uma justificativa que sempre davam era a de que não havia uma estrutura policial preparada para enfrentar a luta armada e que, por isso, as Forças Armadas tiveram que se envolver em operações de repressão. Qual é a sua visão?*

Ser engenheiro de obra feita é muito fácil. Criticar coisas feitas no passado é fácil e até desonesto. Creio que as Forças Armadas se viram obrigadas a entrar no combate a forças que já estavam organizadas. A organização dessas forças acabou adquirindo uma natureza de guerrilha — guerrilha urbana ou rural, como foi o caso de Xambioá — e superou a capacidade de reação dos órgãos policiais que não são formados para combater paramilitarmente. Então, esse é um aspecto que levou ao envolvimento das Forças Armadas no combate às forças irregulares, que já existiam.

*Pessoas envolvidas na atividade de informações durante o regime militar afirmam que houve necessidade de criar estruturas novas, dentro das Forças Armadas, que acabaram tendo um grau de autonomia bastante grande.*

Tenho a impressão de que os chefes da época devem ter tido uma dificuldade muito grande desse tipo. Imagino que muitos deles, tendo vivido aquele período dos anos 1920, dos anos 1930, deviam ter em mente o risco que se corria de politização das Forças Armadas, de distorção na formação profissional. Felizmente esse risco se concretizou em poucos casos, foram casos individuais. Um ou outro envolvimento de uma ou outra unidade, quase que caracterizando um envolvimento institucional nessa distorção, mas que não contaminou — vamos chamar dessa forma, na falta de uma expressão melhor — as Forças Armadas como um todo. Mas estigmatizou. E aí temos um segundo estigma. Além daquele da inteligência, sobre o qual já conversamos, temos esse, que é injusto. Porque, como procurei mostrar, houve distorções apenas em casos individuais ou de pequenos grupos. Não nas Forças Armadas. Eu, por exemplo, creio que 99% da oficialidade estavam nos quartéis, trabalhando normalmente.

Essa necessidade que as Forças Armadas tiveram de combater, seja a guerrilha urbana, seja a rural, levou à preocupação com a formação do oficial, ainda na Academia Militar, e certamente dos sargentos, na Escola

de Formação de Sargentos. Creio que mais de 90% das unidades de infantaria do Exército Brasileiro não entraram nesse combate, mas havia tenentes preparados para isso. E essa preparação, realmente, cria uma distorção na formação do oficial. Primeiro, porque ele é preparado contra um inimigo interno, inimigo esse que se diferenciava dos amigos internos apenas pela concepção ideológica. Em tudo o mais, era idêntico: nacionalidade, sangue etc. Isso cria uma distorção que acompanha toda a geração que foi formada assim. E essa distorção acaba se manifestando, também, numa concepção política. Durante muito tempo, partidos de oposição eram considerados inimigos. E aí cabe mencionar o esforço do presidente Geisel, que foi rigoroso, radical mesmo, no sentido da reversão das conseqüências que vinham dessa concepção.

*O sr. acha que a permanência de 21 anos no poder causou desgaste para a instituição militar?*

Muitíssimo. Mas vamos procurar ser bem realistas. De vez em quando, ponho-me a pensar sobre o que teria acontecido ao mundo — veja só que pretensão, mas veja só como também há um cunho de lógica — se não tivesse havido no Brasil uma reação que impedisse — como impediu — a comunização do país. Não é querer ver comunista atrás de poste, não; não aconteceu em Cuba? Então, eu imagino: se Cuba, tão pequeninha, tão próxima dos Estados Unidos, até hoje é, vamos chamar, um dos últimos baluartes do comunismo, o que teria acontecido em toda a América Latina e, por extensão, ao resto do mundo, se o Brasil tivesse sucumbido? Se aqui tivéssemos uma República Popular, teria havido a abertura feita pelos governos militares? Teria caído o muro de Berlim com a facilidade que caiu? Parece muita pretensão, mas o Brasil seria uma base geográfica e política fortíssima para o comunismo. E essas são perguntas que ficam para, de certa forma, se valorizar um pouco o que aqueles companheiros fizeram na época.

*Conversando com militares a respeito do período que se seguiu à transição política, sempre vem à tona o tema do “revanchismo”.*

Não creio no revanchismo como um movimento ou uma conspiração. Há revanchismo, em termos de ressentimentos individuais ou de pequenos grupos. Não acredito no revanchismo institucionalizado. Eu diria o seguinte: a verdadeira transição foi feita no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique — transição dos governos militares e de seus ideários para um governo de plena democracia. Um episódio como

o da indenização às famílias foi a pedra de toque porque testou nossos valores militares.

*Nesse processo, acho que o caso Lamarca foi emblemático. Segundo os jornais, o sr. teria estimulado a divulgação de laudo cadavérico e informado que não havia risco de desobediência militar.*

Quanto ao laudo, não; isso já estava sendo divulgado pelo ministro da Justiça. Mas quanto a esse aspecto de não haver risco para a disciplina, sim. Corri um risco calculado ao afirmar isso, mas um risco baseado numa convicção. Na época, até talvez por uma dessas intuições a que já me referi, eu tivesse sido ajudado a criar a seguinte idéia: havia um sentimento não de revolta, mas de inquietação.

*O Clube Militar exibiu faixa de luto, e havia um incentivo — de militares, a maioria na reserva — para que esse caso se tornasse um caso-limite.*

É, havia esse incentivo de não se aceitar a decisão da indenização. Então, voltamos ao campo da ética, que é fortíssimo para nós. Pegue o estatuto dos militares e leia do artigo 27 ao 31. Ali está nosso código de ética. Então, ali qual era o teste? Era checar, verificar a força dos nossos valores. Como? No embate dos nossos valores com antivalores.

Vejamos o que Lamarca representava em relação a nós: ele era o antivalor. O antivalor camaradagem, o antivalor lealdade, o antivalor honestidade, o antivalor patriotismo. Quando esse depositário de tantos antivalores passa a ser valorizado por uma pequena facção e até um pouco romantizado, e oficialmente sua família passa a ser cogitada para receber indenizações, surge o clima de estímulo à indisciplina, não nos novos oficiais, mas naqueles mais antigos. Aí começa, imagino, na mente de cada um deles, um embate muito sério entre os seus valores — disciplina, respeito à hierarquia, respeito à vontade da nação, convicção de que é um servidor do Estado — e os antivalores representados pela figura do Carlos Lamarca.

Quando, em algumas entrevistas, garanti que não ia haver problema institucional de indisciplina, procurei mostrar — e graças a Deus acertei — que nunca um valor, quando é autêntico, quando é realmente consciente, pode ser superado por um antivalor. Para nós, o valor da disciplina é sagrado, tanto que imagino o conflito dos chefes do movimento de 1964, ao optarem pela sedição contra o chefe do Estado.

O caso Lamarca acabou sendo um grande teste para os valores militares. Mas no geral essa situação de indenização das famílias dos desaparecidos nunca esteve tão perto da situação crítica de 1964. Daí eu ter tido

certa tranquilidade, na época, ao afirmar que não haveria indisciplina. Esse teste nos fortaleceu, inclusive internamente, na nossa auto-estima.

*Houve agora o indiciamento do capitão envolvido no caso Riocentro e que não tinha, até então, sido ouvido como réu; fala-se em novo inquérito. O sr. faria essa mesma aposta em relação à reabertura do caso Riocentro, hoje em dia?*<sup>39</sup>

Não vai haver nada em termos de instituição. A mesma coisa que falei na época, hoje falo até com uma dose de risco menor, porque houve um amadurecimento de ambos os lados: da chamada sociedade civil e dos servidores do Estado, incluídas as Forças Armadas. E afianço, qualquer que seja a solução do novo inquérito do Riocentro, que de maneira nenhuma haverá reações institucionais. Claro que pode haver uma ou outra reação pessoal, mas não uma reação de vulto. Só que, atualmente, há uma diferença. Na época do problema do Lamarca, eu usei a figura do valor e do antivalor. Tudo o que o Lamarca representava em termos de valores militares — espírito de corpo, companheirismo, camaradagem, lealdade aos companheiros, aos chefes — era um antivalor. E o que se discutia é que valores fundamentais fossem arranhados. Eu dizia: “Jamais um antivalor pode ser mais forte do que um valor”. Pelo menos nas Forças Armadas. No caso do Riocentro, não se trata de um antivalor; trata-se de um valor da democracia, de apurar completamente indícios de ameaça à democracia.

*Os jornais publicaram, em primeira página, uma foto do sr. abraçando a viúva do deputado Marcelo Rubens Paiva, no momento em que o presidente Fernando Henrique assinava a lei de indenizações às famílias dos desaparecidos políticos. Houve depois algumas reações de militares em relação a esse abraço?*

Houve. Mas não há nada como tempo e coerência. O que foi aquilo? Trabalho aqui na Presidência e, na época, havia uma cerimônia que envolvia alguma coisa que dizia respeito a nós, a nossos valores. A cerimônia ia acontecer no gabinete do presidente, e eu, como chefe da Casa Militar, achei que devia comparecer, já que não tínhamos outros ministros militares, mesmo porque não foi uma grande cerimônia nem houve grandes convites. O que aconteceu? A d. Eunice estava ali representando o conjunto das famílias dos desaparecidos. Terminada a cerimônia, houve os cumprimentos ao presidente e a ela. Ali estava eu e também a cum-

<sup>39</sup> O caso foi novamente arquivado em 23-5-2000.

primentei. Lembro que a Ana Tavares, a secretária de imprensa, comentou com alguém: “Vai ser a foto do ano”. Minha intenção ali foi apenas cumprimentar uma senhora que sofreu e estava se mantendo muito digna, uma brasileira apenas. E houve aquele abraço. Aquela fotografia acabou sendo simbólica também.

No imediatismo de algumas pessoas, aquilo foi considerado traição, mas tive muita tranquilidade em manter a coerência ao longo do tempo. Tenho certeza de que isso acabou ajudando as Forças Armadas, porque saiu numa primeira página de *O Globo* e em outros jornais. Ajudou a mostrar que as Forças Armadas tinham superado o teste do valor contra o antivalor. Acho que foi bom. Ainda que fosse uma coincidência, não foi acaso.

*Agora o sr. tornou-se chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Isso vinha sendo pensado já há bastante tempo?*<sup>40</sup>

Vinha, sim. A Casa Militar veio recebendo atribuições e, à exceção da Senad, as outras atribuições repetiam mais ou menos o que tinha existido na Presidência da República, só que nunca com tanta concentração. A inteligência, que veio para cá em abril de 1996, era antes um organismo independente. O antigo Conselho de Segurança Nacional foi extinto, não teve sucedâneo, e o presidente foi sentindo a necessidade de criar órgãos que atendessem àquele vazio. Assim, ele criou a Credena, a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e atribuiu à Casa Militar, na virada do governo, a Secretaria Executiva da Credena e a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional. Já disse que essas duas secretarias executivas na Casa Militar, ou em qualquer outro órgão, desde que juntas, representam um elo efetivo entre governo e Estado nos assuntos referentes à segurança nacional ou segurança institucional, como está sendo chamado agora. Aí a Senad veio para cá, e nada mais natural do que procurar uma denominação para um órgão que realmente expresse o que esse órgão faz. Há um espírito de corpo, uma tradição na Casa Militar: as pessoas que aqui estão ficam meio tristes porque parece que a Casa Militar teve um decréscimo na sua importância, mas não é isso. O que aconteceu é que a Casa Militar deixa de ser Casa Militar quando chega no pico. Nunca tinha havido uma Casa Militar com tantas atribuições — não digo “tanto poder”. Então, deixa de ser Casa Militar depois de 60 anos, quando está no pico da sua atividade, em benefício do governo e do Estado.

<sup>40</sup> Esta parte da entrevista foi realizada imediatamente após o anúncio, em coletiva à imprensa, da extinção da Casa Militar e sua substituição pelo GSI.

*Nessa discussão, não se pensou na possibilidade de essa estrutura ficar, por exemplo, no Ministério da Defesa?*

Não, porque veja: o Ministério da Defesa trata, como o nome diz, de defesa nacional. A defesa é um instrumento da segurança. A segurança é uma concepção, é um sentimento, é um estado, decorrência de diversas medidas. Então não se deve misturar um órgão setorial executor de medidas que levam à sensação de segurança, um sistema de defesa institucional, que abrange defesa nacional e segurança pública, com, por exemplo, a Senad. Ou seja, esse órgão, que na maioria dos países é diretamente subordinado ao presidente da República, preocupa-se com a política e com as propostas estratégicas para atingir os objetivos políticos de segurança. O Ministério da Defesa é um órgão que planeja e executa a defesa. Defesa é uma medida que permite chegar ao estado de segurança. O entendimento talvez fique um pouco difícil, porque há uma certa sutileza na diferença, mas eu sintetizaria assim: segurança é um estado de coisas, defesa são medidas para se chegar a esse estado de coisas.

*Mas o sr. não entende que a missão da atividade de inteligência está intimamente relacionada à questão da defesa?*

Sim, mas tem uma outra coisa: a atividade de inteligência tem diversos níveis de clientes. Há o nível mais alto, que é o do presidente da República. O serviço de inteligência que trabalha com o presidente da República como cliente tem que produzir o que chamamos de informações estratégicas. Se entendermos que estratégia é um caminho para atingir objetivos de uma política, os conhecimentos de natureza estratégica para o presidente da República são aqueles dados que ele precisa para completar uma estratégia de governo, ou estratégias setoriais que permitam chegar aos objetivos da política de governo. Digo completar porque o processo decisório de um presidente da República é multifacetado — ele recebe dados e elementos de decisão de diversas direções, origens e áreas, não apenas governamentais. Nós tínhamos um vazio nesses dados elaborados desde a extinção do Serviço Nacional de Informações. À medida que se reorganiza um sistema de inteligência com outros moldes, esse vazio é preenchido. Os dados da inteligência entram no processo decisório do presidente com diversos outros dados, muitas vezes até na mesma área, mas elaborados desse ponto de vista específico.

Baixando um pouco, quando se raciocina com a inteligência que tem que ser produzida para o sistema de defesa nacional, vai haver outro tipo de enfoque. São informações sobre efetivos, armamentos, reequipamentos de diversos países, uma possível invasão, coisas desse tipo.

Dentro do próprio Ministério da Defesa, há uma secretaria de política, estratégia e assuntos internacionais. Nessa secretaria há um órgão de inteligência. No Estado-Maior da Defesa há outro, de inteligência operacional, que deixa de ser estratégica e vai tratar das informações sobre os possíveis teatros de operações. Então já baixa o nível, tem que elaborar e produzir conhecimentos voltados para o preparo e o emprego das forças nos possíveis teatros de operações, dentro das diversas hipóteses de conflito. Baixando um pouco, relaciona-se inteligência operacional com teatro de operações. Em seguida, entra-se na área da tática. Aí já vem a inteligência militar, voltada especificamente para o campo de batalha.

*Como o sr. compreende a missão da atividade de inteligência no nível presidencial? Que tipos de informações devem ser providos?*

Em todas as áreas da atividade governamental, cobrindo todo o espectro. Alguém pode dizer: “Então, vai estar se superpondo aos órgãos setoriais, aos ministérios”. Não é isso. Para responder bem à pergunta, tenho que falar um pouco no sistema de inteligência. Você não pode ter, principalmente hoje em dia, a pretensão de possuir um órgão, uma Agência Brasileira de Inteligência, com a competência e a capacidade de cobrir todos os temas da ação governamental. É impossível. Por mais rico que seja um país, precisa-se de um sistema com um órgão central, que no nosso caso é a Abin. E esse sistema terá capilaridade. Imagina-se que venhamos a ter um sistema brasileiro de inteligência, do qual participem todos os órgãos federais.

*Essa era a estrutura do SNI, não?*

Exatamente, mas não haverá mais as ASIs que existiam nas estatais. Quem poderá compor esse sistema são os órgãos federais, principalmente aqueles voltados para defesa, relações externas, segurança. E, como estamos numa Federação, mediante convênio, os órgãos estaduais que o desejarem poderão participar. Qual governador não desejará participar de um sistema que pode lhe fornecer dados importantes sobre os diversos temas de sua ação governamental? Continuando, órgãos municipais, órgãos de natureza privada, universidades, centros de estudos estratégicos, centros de excelência de uma maneira geral, sindicatos, ONGs, todos poderão participar. Porém, não recebem todas as informações. É muito natural, em inteligência, a compartimentação. Quem pertence a um sistema de inteligência tem que entender isso: há uma compartimentação e um direcionamento de conhecimentos.

A Credena é o órgão encarregado de elaborar a política nacional de inteligência. Já há um avanço grande nisso em relação ao que tínhamos anteriormente. A política nacional de informações era elaborada pelo SNI; agora, por um órgão colegiado de governo. Essa política nacional de inteligência é apresentada, antes de ser colocada em execução, a uma comissão mista do Congresso que faz o controle externo da Abin, para aperfeiçoamentos — não para avaliar, mas para sugerir e aperfeiçoar. Uma vez aperfeiçoada e aprovada pelo presidente, torna-se a referência para a Abin elaborar o Plano Nacional de Inteligência.

*Gostaria de ouvir a sua opinião a respeito da antiga Secretaria de Assuntos Estratégicos. Um pouco da idéia original da SAE não acabou vindo para o gabinete?*

Veio. A Secretaria de Assuntos Estratégicos foi criada no governo do presidente Collor para substituir o que estavam chamando de Saden, que substituiu a Secretaria Geral do Conselho de Defesa Nacional. Porém, criada a SAE, nem todos os temas da Secretaria Geral do Conselho de Defesa Nacional foram para ela. Um ou outro foi para um ou outro ministério, como o Ministério do Planejamento, o Ministério da Integração, ou secretarias. Mas aquilo que significava atividade preocupada com a segurança acabou ficando sem dono.

*E a SSI?*

A SSI é outra história. A inteligência foi para a SAE, daí o nome de Subsecretaria de Inteligência, muito canalizada, bem podada e praticamente sem produzir um bom produto de inteligência. No governo do presidente Itamar, foi mantida assim, no governo do presidente Fernando Henrique, foi retirada da SAE e ficou inicialmente vinculada à Secretaria Geral da Presidência e mais tarde à Casa Militar. A conclusão a que cheguei a partir do momento em que recebemos as funções de inteligência é que esta produz informações diárias ao presidente da República, algumas periódicas, em relatórios especiais. Mas o fato é que, recebendo e lendo tudo isso, eu ia formando um quadro de possíveis cenários na minha cabeça. O presidente me delegou poder para encaminhar aqueles documentos aos ministérios específicos ou aos órgãos que eu achasse mais adequados. E muitos, claro, iam para o próprio presidente. O fato é que esses documentos iam para os órgãos, mas não de uma forma integrada. A informação é integrada, mas no momento em que se tem que transformar essa informação em medidas práticas — no caso, em estratégias —, deve-se reintegrá-las para que não haja divergências entre as ações mi-

nisteriais decorrentes daquelas informações. Acontecia que o cenário ficava na cabeça, os documentos eram difundidos, e não se via ou pelo menos não se transformavam em ação eficaz. Então, comecei a imaginar: “É preciso um órgão que reintegre essas informações e as transforme em estratégias”. E quanto mais vinham acontecendo as crises, muitas vezes prenunciadas, que pegavam o governo meio de surpresa, mais me convenciam de que se precisava ter um órgão parecido com a antiga Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

*Até então essas informações chegavam até o sr. sem passar por uma agência de análise?*

Elas vinham analisadas, mas como informação. E entravam numa máquina — vamos chamar pretensiosamente isso aqui de máquina — um pouco emperrada e não eram elaboradas porque não havia capacidade nem tempo para elaborar, reintegrar e transformar aquelas informações em propostas de estratégias. A SAE começou a fazer isso de uma forma incipiente, e depois foi se percebendo que precisava se expandir. Expandiu-se, eu tirei gente aqui da própria Casa Militar, coloquei lá e hoje temos um órgão que começa a se consolidar e faz as vezes de elaboradora de propostas e estratégias nesse campo da segurança e de previsão de crises.

*O sr. mencionou a formação das pessoas que estavam na SAE. Isso explicaria por que a SAE nunca quis assumir a SSI?*

Não explico isso de uma forma negativa, depreciativa. De certa maneira, pelo menos teoricamente, a Subsecretaria de Inteligência iria funcionar produzindo inteligência, mas não junto com a SAE, que iria elaborar seus altos estudos estratégicos. Mas isso não se mostrou eficaz.

*O sr. falou, em entrevista coletiva à imprensa, que estavam sendo corrigidos defeitos em relação ao projeto da Abin. Quais seriam esses defeitos?*

O projeto da Abin saiu da Casa Militar em setembro de 1996; hoje é setembro de 1999 e ainda está no Congresso, porque ficou sendo aperfeiçoado no Executivo um ano. Foi para o Congresso em setembro de 1997, saiu da Câmara em janeiro de 1999, foi para o Senado — foi a última votação do último dia da convocação extraordinária. Está lá no Senado sendo aperfeiçoado, mas sempre dentro do nosso objetivo. Nós propusemos o controle externo, e no nosso projeto de lei havia quase que uma regulamentação desse controle. A Câmara ampliou não a regulamentação, mas o conceito de controle externo. Ou seja, o controle externo seria

feito por um órgão qualquer que o Congresso iria criar por decreto legislativo. Ficou muito vago. Isso permitia seja uma coisinha pequena, seja uma coisa grande. No Senado isso foi corrigido ou aperfeiçoado. O projeto de lei prevê agora uma comissão mista das duas casas legislativas, com três membros de cada casa. Logicamente, uma vez aprovado no Senado, tem que voltar à Câmara, porque houve uma modificação do projeto de lei que a Câmara remeteu. E é um novo trabalho. Mas o que eu ia dizer, com relação à correção de algumas distorções da atual Subsecretaria de Inteligência — não é preciso dar exemplos, além do caso dos “grampos” —, é que não são distorções só de mente, mas também organizacionais.

*Também há uma cultura institucional, não?*

É verdade. Não que as pessoas que agora são citadas como suspeitas, algumas sendo indiciadas, representem uma cultura institucional. Elas são produto dessa frouxidão que vem desde o governo Collor, que acabou com o SNI, imaginando com isso resolver o grande problema da inteligência. Pelo contrário, ficou um sistema solto.

*E provavelmente muitos desses ex-agentes do SNI acabaram por fazer serviço de segurança particular:*

Sem dúvida, quase todos. Porque era gente altamente especializada, tecnicamente muito preparada, e muitos organizaram firmas de segurança. Alguns realmente fazendo segurança, outros já distorcendo. Como no Rio, até pouco tempo atrás, você pegava um jornal e lia: “Detetive particular, grampos...” Dando inclusive o preço. Muitos desses eram do antigo sistema.

*O sr. não acha que o ingresso de funcionários na Abin apenas por concurso público é um tema delicado?*

Extremamente delicado. É o único país do mundo onde o ingresso no serviço de inteligência se dá mediante concurso. Mas isso é imposição constitucional. Não se entra no serviço público senão por concurso. Não conseguimos escapar disso ainda — creio que futuramente poderemos. Como está, é uma vulnerabilidade. Para esse último concurso tivemos 9 mil candidatos para 120 vagas, em dois turnos de 60. Ao se inscrever, o candidato admite que, uma vez aprovado e classificado no concurso, terá a vida vasculhada. Não é ideologia, tanto que na primeira leva de concursados há alguns militantes de partidos políticos. Só que eles têm que se comprometer a abandonar a prática política, porque passam a ser servidores do Estado. A ideologia dele, se é que a gente pode chamar

assim, é o Estado, no sentido da preservação da sociedade. Então, os aprovados têm a sua vida vasculhada: dívidas, ficha policial, constituição familiar.

Temos pessoas muito boas advindas do concurso, mas podemos também recrutá-las pelo processo de assinalação, como se costuma chamar no jargão da inteligência. Nisso o Canadá é o nosso modelo. No Canadá eles “plotam” os futuros servidores do serviço de inteligência desde a entrada na universidade e acompanham sua vida. Em algum momento, aquela pessoa vai saber que vem sendo acompanhada e que há interesse do Estado em que ela venha para o seu serviço de inteligência. Irá então escolher: se disser sim, continua sendo acompanhada, se disser não, deixa de ser. Acompanhada no sentido de ir fazendo a seleção, dentro do aspecto moral, caráter, personalidade e atributos para o serviço de inteligência. Essa é uma forma ideal. Hoje em dia, o concurso é uma das formas de recrutar pessoas. Fazemos requisição no próprio serviço público e fazemos a contratação por meio de cargos de natureza especial, cargos de confiança, os DAS, e as funções gratificadas.

*Em relação à questão das drogas, como se vai dar a relação da Abin com a Polícia Federal?*

Primeiro, a resposta genérica: o combate a qualquer tipo de crime organizado, no caso particular, ao narcotráfico, depende fundamentalmente de inteligência. Não só humana, mas de produto, informações. No caso das drogas, temos três vertentes de ação: prevenção, tratamento dos dependentes e repressão. A Polícia Federal, como todo órgão policial, tem o seu setor de inteligência, que produz informações e inteligência de natureza policial. Agora, se o combate ao narcotráfico se mantiver apenas baseado em ações policiais, de combater a quadrilha, seu chefe e ramificações, vai acontecer o que vinha acontecendo antes no Brasil: apenas êxitos na repressão. Êxitos relativos e aparentes, pois também vinham aumentando o crime, o número de usuários, a quantidade de droga que entrava e passava pelo país. Porque o combate, ainda que eficaz, estava compartimentado à área da repressão.

A Senad foi criada pelo presidente da República com a finalidade de coordenar todas as ações, em âmbito nacional e internacional, de prevenção, tratamento e repressão. Na repressão, a Senad criou um novo nível de combate ao narcotráfico que estamos chamando de “barão da droga”, de capitalista da droga. O trabalho da Senad é coordenar órgãos que nunca trabalharam juntos. Por exemplo, fazemos a coordenação da Polícia Federal com a Coaf, que é um conselho de acompanhamento da ativida-

de financeira (entenda-se: lavagem de dinheiro), com a Polícia Federal, com a Copei, que é um órgão de inteligência da Receita Federal, com a Coana, também da Receita Federal. O Ministério Público entra nessa coordenação, logicamente como convidado. As Forças Armadas estão sendo coordenadas nesse sentido. Enfim, há uma coordenação ampla feita pela Senad que visa a atacar o capitalista da droga e também permear toda essa coordenação até o nível da ação policial, sem interferir na ação. Essa coordenação, a partir de quando entra a ação policial específica, é de facilitação, prevendo, por exemplo, o apoio das Forças Armadas, operacionalizando uma diretriz do presidente de fevereiro de 1996.

*De qualquer forma, essa estrutura não prescinde da Polícia Federal, com sua prerrogativa judicial de prender.*

Nunca. Um órgão de inteligência não pode ter, de maneira nenhuma, poder de polícia judiciária. Quando se mistura atividade de inteligência com poder de polícia, dá errado. Você não pode exercer ações policiais para buscar informes, nem ações policiais decorrentes de informes encontrados. Então essa cooperação, não só em termos de troca de inteligência, mas de transformação de inteligência em diligência policial, é imprescindível. Ocorre que há corporativismo de parte a parte, como porcos-espinhos que na época do frio não podem se encostar. Isso está sendo amainado, não só entre a inteligência federal e a Polícia Federal, como principalmente entre a Polícia Federal e a Senad.

Quando surgiu a Senad, em junho de 1998, certos setores da Polícia Federal comentaram: “Estão criando um órgão para acabar com o monopólio constitucional da Polícia Federal no combate ao narcotráfico”. Porém, não há esse monopólio. A Constituição é claríssima: a Polícia Federal tem essa atribuição sem que isso queira dizer que outros órgãos da administração pública também não tenham seus deveres e atribuições. O fato é que perdemos muito tempo com isso, passamos mais de um ano. E a Senad evoluindo muito na prevenção e derrapando na repressão. Porque foram necessárias grandes mudanças no Ministério da Justiça e na própria Polícia Federal, para se ter um caminho pavimentado e fácil, como é atualmente. Há uma cooperação, não total, mas muito grande hoje em dia. Passamos do inexistente para o quase total.

*Esse corporativismo da Polícia Federal, o sr. pensa que vem do órgão achar que está perdendo prestígio?*

Todo espírito de corpo corre o risco de se transformar em corporativismo contraproducente, na medida em que, por razões reais ou não,

parcelas daquela organização passam a achar que estão sendo ameaçadas por órgãos externos a ela. E passam a agir defensivamente.

*O documento “Política de Defesa Nacional”, que o sr. preparou, está cumprindo seu papel ou vai ser revisto?*

Uma pequena correção. Esse documento não foi preparado por mim, nem pela Casa Militar, mas por um comitê retirado da Credena. Nós, de certa forma, estimulamos que o assunto fosse levado à Credena. Apresentamos umas idéias básicas e, como Secretaria Executiva da Credena, fizemos o acompanhamento. Mas, na realidade, foi elaborado por um comitê misto, composto de Itamarati, Forças Armadas, Justiça, a própria Casa Militar, a Casa Civil, a SAE. Agora, é claro que tem que ser revisto. Toda política é sujeita à atualização, e imagino que já esteja chegando a época dessa atualização. Até pelo fato de ter sido criado o Ministério da Defesa. O próprio presidente da República, quando expediu a diretriz de orientação para os estudos referentes ao Ministério da Defesa, colocou como finalidade de sua criação a otimização do sistema de defesa nacional. Então, o próprio Ministério da Defesa, ao ser criado, se transformou no órgão central do Sistema de Defesa Nacional. Um sistema que não tinha um órgão central. Mais ou menos, cada força imaginava como seria a defesa nacional. Atualmente temos o Ministério da Defesa como o órgão central, portanto há um sistema caracterizado. Isso já basta para se pensar em atualizar a política de defesa nacional. Mas há os acontecimentos que estão à solta, e cada vez atropelando mais as mentes que pensam em segurança e defesa. Então, imagino que essa política de defesa deva ser atualizada pelo menos anualmente. No órgão central do Sistema de Defesa Nacional, temos a Secretaria de Política Estratégica e Assuntos Internacionais, onde imagino venha a ser feito o reestudo da nossa política de defesa nacional.

*A criação do Ministério da Defesa demorou quatro anos. A que o sr. atribui esse longo prazo?*

Falo atualmente com convicção. Foi um prazo que a própria natureza das coisas estipulou. Com muita percepção, o presidente sabia que o prazo seria esse, tanto que em nenhum momento ele estipulou datas para receber propostas. Ao assumir o governo, em 1995, atribuiu ao Emfa a coordenação das Forças Armadas para uma proposta de Ministério da Defesa. Então começou a estudar, a discutir. Em nenhum momento se discutiu se devia ter ou não Ministério da Defesa. Durante esse período

em que esteve exclusivamente a cargo das Forças Armadas apresentar uma proposta, ocorreram muitas discussões, algumas até mais acaloradas — é natural —, sem que isso representasse dissensões. E o Emfa e os ministérios fizeram vários estudos.

*A Marinha também apresentou uma proposta.*

A Marinha também tinha uma proposta completa, que não atendia exatamente à idéia do presidente, mas era boa. Em setembro de 1997, o presidente também recebeu a proposta do Emfa. De posse desses delineamentos, o presidente instituiu um grupo de trabalho interministerial, composto dos quatro ministros militares e agora entrando o Ministério das Relações Exteriores, a SAE, a Casa Civil e a Casa Militar. E assim se trabalhou a partir de outubro de 1997, até o final de outubro de 1998, quando a proposta ficou pronta.

*Nesse processo de preparar a proposta final, houve uma série de divergências em relação ao formato...*

Mas aí já eram divergências de detalhes e não macrodivergências. Esse grupo de trabalho conduziu os estudos por fases. Houve uma fase muito importante, em que se constituíram 10 grupos de peritos para especificar qual nível de integração o Ministério da Defesa deveria exercer em atividades que vinham sendo realizadas pelos ministérios militares. Depois, essas atividades e os níveis de integração que se imaginavam no Ministério da Defesa foram organizados em grandes blocos, e destes acabaram surgindo as grandes divisões do Ministério da Defesa. E assim foi indo o trabalho. É lógico que num grupo que tinha suas peculiaridades e maneiras específicas de imaginar a defesa de um país houvesse discussões. Mas nunca se chegou a divergências, a discussões ásperas.

*Não ficou clara uma divisão entre a Marinha, de um lado, o Exército e a Força Aérea, de outro?*

Em alguns pontos, mas não no todo. Havia uma corrente que achava que o Estado-Maior da Defesa deveria ter atribuições estratégicas. E outra achava que deveria ter atribuições apenas de natureza operacional, ou seja, de planejamento do emprego e preparação das forças para os teatros de operações. Acabaram vingando as atribuições apenas de natureza operacional, e as de nível estratégico foram para a secretaria de política e estratégia.

*O Ministério da Defesa foi criado, mas demorou a assumir plenamente o seu papel. O sr. concorda?*

O que acontece é o seguinte: o ministro extraordinário foi nomeado em 1º de janeiro de 1999 e, de janeiro a junho, trabalhou no exame das normas legislativas. E trabalhou nisso com muito empenho. Achava uma injustiça, quando via algumas ironias insinuando que ele era a rainha da Inglaterra. Ele, de fato, ainda não era comandante das forças, porque os ministérios ainda existiam, mas estava fazendo o seu trabalho de ministro extraordinário trabalhando em cima da legislação. No momento em que foi criado o Ministério da Defesa, ele começou a assumir as suas funções de ministro, e as Forças Armadas deixaram de ter os seus antigos ministérios. Ele recebeu o acervo do Emfa, instalou-se, e o ministério está funcionando — não diria 100% —, fazendo a coordenação entre as três forças. Já absorveu a condução de problemas específicos dos militares, como a previdência social, vem tratando de reequipamento das forças e hoje é a interface das Forças Armadas com a Presidência. Vejo com muita alegria o ministro Élcio Álvares se referir a problemas militares como em termos de “nós”.

*Como o sr. vê esse momento, em termos da sua carreira?*

Vimos como a Casa Militar foi recebendo novas atribuições. Veio a inteligência, o que me empolgou, no sentido de reconstruir um sistema de inteligência democrático, moderno, adaptado aos tempos que o Brasil vive. Em seguida veio a Senad, a secretaria antidrogas, e, na medida em que ia me enfronhando no assunto, ia conhecendo as conseqüências da dependência, a ameaça à sociedade, a desagregação da família, o desafio à autoridade — que é princípio básico para a democracia — e como o narcotráfico consegue inocular a corrupção no organismo nacional. Não comecei a encarar de um ponto de vista messiânico, mas fui me empolgando, até mais do que com a inteligência. E vi o quanto se pode ajudar o povo brasileiro, consolidando um sistema nacional antidrogas eficaz. Sei que não vamos zerar o problema, mas pode-se controlá-lo. E mais: por intermédio do combate ao narcotráfico, um dia poderemos vir a ter também um órgão mais amplo de combate ao crime organizado que toma conta do mundo. O narcotráfico, numa estimativa da ONU, movimentava anualmente de 3 a 5% do produto bruto mundial. O Brasil ainda é um país de passagem, mas se transforma num mercado bom. O nosso produto interno bruto é de US\$800 bilhões, mas, se houver 1% disso envolvido com as drogas, são US\$8 bilhões. Daí a justificativa para a calúnia, o se-

qüestro, o homicídio hediondo. Agora estamos vendo as revelações da CPI do narcotráfico, que está fazendo um belo trabalho pelo país.

À medida que isso tudo foi acontecendo, fui vendo que aqui era o meu destino, em termos de ajudar o país, por intermédio da ação governamental. Sintetizaria da seguinte forma: essas atribuições que chegaram para cá — inteligência, drogas e agora a secretaria da Credena — se transformaram na missão da minha vida, particularmente as drogas. Você falou em termos de carreira. Eu gostaria muito de um dia chegar a dizer como Paulo: “Combati o bom combate. Completei a carreira e não perdi a fé”. Eu talvez esteja a ponto de dizer: “Combati o bom combate, interrompi a carreira e não perdi a fé”. Com isso quero dizer o seguinte: identifiquei a missão de minha vida, e é em direção a ela que tenho que ir. E se aparecem óbices, têm de ser afastados. Muitas vezes com dor, nesses 42 anos de serviço ativo e com uma perspectiva relativamente boa de vir a chegar ao último posto da carreira. A fé não se perde, não perdi a fé, mas apareceu uma nova, que é essa missão das drogas e da inteligência. Por outro lado, compreendo que há uma incompatibilidade hierárquica em um general de três estrelas ser ministro e não haver ministros militares. Eu entendo isso, e em alguns momentos há constrangimentos, mais meus do que de outras pessoas. Mas não há condição de estar nesse cargo e não ser ministro. A principal razão é que o presidente tem que ter nesse cargo gente que trata com drogas, que combate o que há de mais sórdido no país. Tem que ter essa pessoa preservada em termos de foro especial, porque senão qualquer primeira instância da Justiça a pega. Tem que ser um cargo de ministro para ter mais condições de coordenar outros ministros, governadores, discutir com governadores e secretariados, discutir no exterior; fazer convênios. Pragmaticamente, tenho que ser ministro e estar na reserva.

Estive recentemente com o ministro Passarinho, ele me elogiou muito e disse: “O Exército perderá um bom general”. E eu indaguei: “O sr. acha que o sacrifício compensa?” “Compensa, general, compensa.” E é assim que eu penso. E voltando a Paulo — não sou evangélico, mas gosto muito das epístolas de Paulo —, posso dizer: “Combati o bom combate, de ninguém cobicei nem vestes, nem prata, nem ouro”. Isso eu posso dizer.